

## FRACO RESULTADO EM C&T

O relatório divulgado na semana passada, em Genebra, pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), mostrou que o Brasil - apesar dos esforços que vem fazendo - ainda ocupa posição quase insignificante no que se refere à busca por inovação tecnológica. Enquanto a Coréia do Sul, uma economia do porte da brasileira, registrou 2.900 pedidos de patente na Ompi, em 2003, o Brasil pediu apenas 221 registros, o que representa 0,2% das patentes internacionais desse ano.

Em 2003, o número de pedidos de patente feitos pelo Brasil aumentou 8% em comparação com o ano anterior, conforme a Ompi. Os recursos dos fundos setoriais explicam esse avanço em C&T. Porém, esse esforço ainda é insuficiente. Em 1999, o Brasil registrou 126 patentes, o dobro da Índia. No ano passado registramos apenas um terço do que fizeram os indianos.

Comparado com a China o quadro é pior: em 1999, registramos a metade das patentes requeridas pelos chineses; no ano passado a China pediu seis vezes mais patentes que o Brasil. A África do Sul, em 2003, alcançou o triplo de patentes do Brasil.

O relatório da Ompi indica algumas pistas quanto à origem do baixo desempenho brasileiro em inovação tecnológica: das 221 patentes requeridas em 2003, apenas 7 delas foram feitas por universidades. Instituições públicas de pesquisa pediram à Ompi só 10 registros; 103 foram requeridas por pessoas físicas; e 101 por empresas isoladas. Na lista de companhias de países emergentes que mais fizeram registros de patentes não aparece no relatório da Ompi nenhuma empresa brasileira.

Os dados da Ompi devem ser contrapostos à informação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), datada de abril de 2003, de que Estados e governo federal são responsáveis por mais de 80% dos recursos aplicados em C&T no Brasil e que as universidades públicas federais e estaduais são responsáveis por mais de 90% da pesquisa brasileira. Esse esforço redundou em apenas 7,8% do total de patentes requeridas pelo País no ano passado. A incompatibilidade entre o investimento e o resultado não deve ser creditada ao desperdício de recursos. O que há é perda de foco. Pesquisa em ciência pura ainda ocupa lugar privilegiado na mente dos pesquisadores. Os grupos de pesquisa temáticos - de longe os mais produtivos - ainda enfrentam fortes resistências para aproximarem-se de demandas tecnológicas. Muitos pesquisadores ainda vinculam seus projetos à produção de papers (privilegiando pontos em suas carreiras acadêmicas) e não à obtenção de "bens de consumo tecnológicos", para usar a linguagem adequada. Produzir artigos de alta qualidade científica publicados em revistas internacionais especializadas é importante, mas é o registro de uma patente que, de fato, acelera o benefício social gerado pelo investimento em C&T. Indianos, chineses, coreanos, não arredam pé desse caminho. O Brasil ainda patina para aceitar esse rumo no investimento em C&T.

O presidente Lula comprometeu-se com um aporte de 2% do PIB em C&T até o final do mandato. Dados de setembro indicam que o Brasil já está investindo 1,2% do PIB nessa direção. O ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, afirmou que neste ano o aporte de recurso dos fundos setoriais em C&T será 20% maior que o de 2003. O orçamento do MCT foi o único que ficou livre de contingenciamento no último corte, no começo deste mês. É clara indicação de que o governo está apostando no investimento em pesquisa. A comunidade científica cobra, com razão, maiores recursos do governo. Mas o relatório da Ompi aponta, no entanto, para uma divisão de responsabilidades: o governo ofertando os recursos necessários e os pesquisadores dando-lhes melhor utilização.